RTD

Exclusivo

O CÓDIGO DE TRÂNSITO E O REGIME JURÍDICO DO VEÍCULO AUTOMOTOR

Décio Antônio Erpen

91

Novembro/1998

Editor: Sergio Carrera

IRTDPJBRASIL
Gestão 1998/2000

★★★★★

Instituto de Registro de
Títulos e Documentos e de
Pessoas Jurídicas do Brasil

★★★★★

Praça Padre Manoel da Nóbrega

13º andar • conjunto 134 • 01015-010

Fone/Fax (011) 3106.6493

São Paulo • SP

e-mail:

**3 PRESENTES
PARA VOCÊ!**

Nesta página, estudo do Dec.
Erpen, exclusivo para o Instituto
sobre o Código de Trânsito e o
Veículo Automotor. Brilhante!

2 Encarte nesta edição traz outro
trabalho do mesmo autor, sobre
a Responsabilidade do Notário
e do Registrador. Imperdível!

3 Em dezembro, um calendário de
mesa produzido especialmente
para você marcar seus sucessos
durante 1999. Majestoso!!!

Esse é o IRTDPJBrasil!

RTD BRASIL

Ainda que tenha entrado em vigor o novo Código de Trânsito, isso em setembro de 1997, (Lei 9.503), há uma desinformação generalizada a respeito do regime jurídico que dispõe sobre a propriedade automotora.

Se bem que novos avanços tenham sido promovidos em torno da habilitação do condutor, da circulação, dos veículos e da parte penal, criando tipos penais específicos, em nada foi afetado o regime jurídico da propriedade, ainda sob a égide do Código Civil, que continua tratando o veículo como bem móvel, à semelhança dos demais.

Adotou-se uma nova sistemática e relativa às sanções por infrações de trânsito, que não se situam mais exclusivamente na esfera pecuniária (multas), isto porque, em alguns casos, as faltas passam a compor determinada pontuação, repercutindo na habilitação para dirigir, cogitada, inclusive, a hipótese de perda da habilitação legal.

Deixou em aberto, todavia, um dos temas mais críticos e relativos à propriedade do veículo automotor, isso na interação social. Ainda subsiste o preceito de que a venda se opera com a entrega do veículo, ou seja, pela tradição, considerado, ainda um bem móvel, inobstante o Brasil já conte com uma frota de aproximadamente 30 milhões de veículos. Assim, a venda se opera pela tradição, independente de se questionar se foi pago o preço ou se a transação foi oficializada junto ao DETRAN.

A publicidade da alienação para produção de efeitos frente a terceiro, ainda se dá segundo preceito contido no Código Civil (art. 135) e na Lei dos Registros Públicos (art. 129, 7º). Não temos, pois, uma Lei de Trânsito abrangente, envolvendo a área administrativa, a civil e a penal como ocorre em outros Países, v.g. na Costa Rica.

Manteve o CNT, ademais, ao comprador a iniciativa de promover a alteração da titularidade do domínio junto no DETRAN. Isso se vê no artigo 131, § 3º, que diz expressamente "... o proprietário deverá comprovar...". O art. 134 do mesmo Código gera um caso de solidariedade ao alienante. E solidariedade de sempre supõe mais de uma pessoa, no caso, adquirente e alienante. Mas restringe a solidariedade às multas, ou seja, frente à Administração, restritamente.

Na mesma linha de raciocínio, prevê o art. 257, § 2º, a responsabilidade "Ao proprietário" pela prévia regularização do veículo.

Por derradeiro, o art. 233 do CTB tem a seguinte redação:

"Deixar de efetuar o registro de veículo no prazo de trinta dias, junto ao órgão executivo de trânsito, ocorridas as hipóteses previstas no art. 123:

Infração: grave

Penalidade: multa

Medida administrativa: retenção do veículo para regularização".

Ora, se o art. 123 imputa ao "proprietário" promover a transferência da propriedade, no prazo de trinta dias; se o art. 134 prevê responsabilidade do "proprietário antigo" no caso de se omitir na comunicação de transferência de propriedade; se o art. 233 penaliza a ausência do registro, inclusive com a retenção do veículo e estando este já na posse do novo proprietário, como pressuposto integrante do negócio jurídico (posse), resta a conclusão inafastável de que a transferência junto ao DETRAN se dará por exclusiva iniciativa do adquirente (já considerado proprietário pela tradição), também porque o art. 257, § 2º é explícito nesse sentido.

Pretende o atual Código obstar a prática existente até há pouco tempo, quando muitos entregam seus veículos aos intermediários, com procurações quitadas, quando, não outorgam recibo em branco, prática que tem sido evitada no Rio Grande do Sul ante Provimento da Corregedoria Geral da Justiça, reiterado pelo Ofício Circular 60/95, ao exigir a presença do vendedor, no Tabelionato, coibindo reconhecimento de firma por outra modalidade que não a autêntica e na presença do Tabelião.

Tal exigência é burlada pelo instituto da procuração, mesmo por instrumento público, o que gera uma situação em que o alienante, muitas vezes, não sabe sequer o nome do comprador, pela simples razão que toda a documentação é entregue ao adquirente, ficando o alienante, quase sempre de mãos vazias. Poucos guardam uma segunda via da documentação de venda. O veículo passa a transitar, muitas vezes, sem se promover o novo registro no DETRAN, e as multas continuam a incidir sobre o antigo proprietário.

O CTB, repito, estabelece o prazo de 30 dias para o adquirente regularizar o registro (art. 123), mas a finalidade objetiva licenciar o veículo e permitir ao novo proprietário sua utilização. Não se respeitou ao instituto da propriedade e a publicidade da venda.

Nos casos de omissão de parte do

adquirente, atribui o art. 134 ao "proprietário antigo," o dever de encaminhar cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade para se desonerar da responsabilidade solidária. Diz que sua omissão importa na corresponsabilidade "pelas penalidades impostas e sua reincidência até a data da comunicação", ou seja, restritamente à seara administrativa.

Tenho que as penalidades a que alude o CNT têm cunho personalíssimo referindo-se unicamente às pecuniárias, sem repercussão na habilitação legal, uma vez que ferido estaria o princípio constitucional (art. 5º, inc. XLV) que diz que "nenhuma pena passará da pessoa do condenado", princípio que se aplica na esfera penal e na administrativa, também. Com isso sustento a inviabilidade de se promover repercussão na pontuação para fins de habilitação do antigo proprietário.

A prática existente até há pouco tempo trazia um alarmante percentual de 30% dos veículos que estariam transitando, figurando, ainda, no nome do antigo proprietário. Por isso, faz-se um alerta aos alienantes, para se evitarem futuras consequências, até porque ignoram quem seja o novo proprietário pelas razões que expus, que se acatam para evitar que se tornem reféns de um futuro incerto. Isso, sem dúvida, conspira contra a segurança jurídica.

Sugiro, para os cidadãos que pretendem viver tranqüilamente que, quando alienarem seu veículo, promovam recibo em duas vias ou extrair cópia reprográfica do formulário do DETRAN, autenticando-a, tudo com a sua assinatura e do adquirente e com firma reconhecida, levando o registro, após ao Ofício de Títulos e Documentos (Lei 5.015, art. 129, 7º), e no caso de inércia do adquirente, promover aquela comunicação a que alude o CNT com isso eximindo-se das multas futuras. Tal comunicação deverá ser feita ou por AR ou através do Ofício de Títulos e Documentos. Se instituído um Livro Protocolo no DETRAN, com a comprovação do recibo, tais diligências serão dispensadas. Mas a parte deve ter um documento em seu poder. As despesas compenham a tranqüilidade que a comunicação outorga.

Reitero que o CTB não revogou o art. 135 do Código Civil que o instrumento particular prova o negócio jurídico, mas condiciona sua eficácia perante terceiros à inscrição no "registro público", exigência complementada pela Lei dos Registros Públicos (art. 129, 7º). Assim, para fins de desoneração de responsabilidade civil, persiste a obrigação de registro do recibo no Ofício de Títulos e Documentos, preenchendo-se os três campos da área jurídica, ou seja, no plano da existência, da validade e da eficácia.

Insisto que, jurídicamente, restam as

seguintes posições: a) para fins de perfectibilização do negócio jurídico entre as partes, basta a tradição, ou seja, a entrega do veículo. O recibo apenas prova o negócio, mas, não é condição do mesmo; b) para fins de desoneração de responsabilidade civil, mais precisamente, para eficácia "erga omnes", impõe-se o registro da documentação translativa da propriedade no Ofício de Títulos e Documentos, órgão que muitas vezes, no Rio Grande do Sul, integra os chamados Registros Especiais ou Registros Públicos; c) para fins de desoneração de multa, se o adquirente não regularizou a nova titularidade, o alienante tem 30 dias para comunicar ao DETRAN o negócio, pena de ser responsabilizado, pecuniariamente, pelas multas. Tal comunicação tem eficácia restrita à Administração, não sendo institucionalizado o DETRAN como órgão de publicidade porque mantido o princípio da tradição como elemento translativo da propriedade.

Há outra questão que ensejará por certo, discussão na seara jurídica. Retiro-me à exigência da prévia comprovação do pagamento de "tributos, encargos e multas de trânsito, vinculados ao veículo" (art. 124, VIII) para fins de expedição de novo Certificado de Registro. Alegar-se-á, por certo, que comprometido ficou o direito de propriedade, consagrado pela Carta Maior, ante restrição imposta ao proprietário, quando o Estado tem a via jurisdicional para buscar seu crédito junto ao devedor originário. O Estado, por sua vez, sustentará, que não veda a transferência da propriedade (já operada pela tradição), mas nega licença para trafegar. Para tanto, parece-me que a inspeção veicular cumpre o desiderato legal de permitir o tráfego dos veículos em condições técnicas. O tema, vedando a circulação de veículo, cujo titular está em débito com o Estado, todavia, fica em aberto para oportuna perquirição jurídica. Se vedado o tráfego, estamos, sem dúvidas, diante de uma limitação de propriedade, mais precisamente, da faceta da fruição do bem em sua finalidade essencial.

Diante da importância do tema, reitero que o regime jurídico para alienação de veículo automotor se opera pela tradição. Todavia, em havendo a instituição de um direito real, quer de garantia, quer de aquisição, v.g. alienação fiduciária ou venda com reserva de domínio, o Ofício de Títulos e Documentos passa a exercer o papel de outorgador de domínio.

Novamente em nosso sistema, o instituto do crédito precede o da propriedade. Isso já aconteceu, no tocante à propriedade imobiliária, quando se criou o Registro Hipotecário, no século passado, anteriormente ao regime da propriedade, so integral com a edição do Código Civil. No caso do veículo au-

tomotor submetido ao sistema da alienação fiduciária, passa o Registro a prevalecer mesmo diante de vendas não oficializadas. Cuida-se da adoção do princípio da tradição ficta. Como decorrência, todas as mutações subjetivas ou objetivas do veículo ficam condicionadas ao que foi inscrito no Ofício de Títulos e Documentos, inclusive a penhora. Qualquer ato comprometedor ao credor fiduciário e sem o seu consentimento ine é ineficaz.

Insisto na tese de que a penhora sobre o veículo automotor não é registrável, nem para fins declaratórios, nem constitutivos. Tratando-se de bem móvel, deve o bem ser retirado da circulação porquanto é alienável pelo simples tradição. O comprador pode adquirir o bem sem a necessidade de registrá-lo no DETRAN, até porque pode utilizá-lo para desmonte. A comunicação ao DETRAN de que há penhora não torna o bem indisponível. Os casos em que o proprietário de bem móvel se comprova pelo registro são os previstos em lei, mais precisamente, em caso de alienação fiduciária, venda com reserva de domínio e "leasing". Nos demais casos, o bem é disponível e sua venda pode se constituir em estelionato. Mas se o terceiro é de boa fé, pode propugnar pela validade e eficácia da aquisição. Sei que a comunicação ao DETRAN pode ser elemento decisivo para comprovar a má-fé do adquirente. Mas cuida-se de elemento para a decisão, mas, no caso, estamos falando em regime jurídico da propriedade. Enquanto o veículo automotor for tratado como simples bem móvel, tais impasses persistem, daí a razão inadiável de se institucionalizar as alienações, com regramento seguro e inequívoco, ou seja, adotar-se o registro como elemento integrante do ato para transferência da propriedade.

Como o veículo veio para melhorar a vida do cidadão, impõe-se institucionalizar um regime jurídico próprio capaz de outorgar a segurança jurídica nas relações muitas vezes complexas que o veículo enseja, com as graves consequências que as alienações não oficializadas geram, especialmente nos casos de ilícito civil e penal quando se ignora, com a necessária certeza, o verdadeiro proprietário. Locavim, pela sistemática atual, tem o Ofício de Títulos e Documentos a grande missão de outorgar a segurança jurídica, quer pela notícia de uma alienação, quer pela autenticação da data, o que se consegue via registral. O que não pode ocorrer, é manter-se um verdadeiro "Mercado Puro" em torno do veículo automotor, nem o Poder Público ignorar o que é levado nos assentos registrais.

O autor: Décio Antônio Erber é Desembargador do Tribunal de Justiça do RS e Professor de Direito da PUC

Respostas esclarecem questões de TD e PJ

CIVIL EM COMERCIAL 1

Como proceder no caso de escola registrada no Livro A, em 1985, como entidade sem fins lucrativos, que agora decidiu optar pela transformação em sociedade civil com quotas de responsabilidade limitada, sem ter dissolvido a entidade existente.

Pergunto: a) a escola deveria proceder uma reforma estatutária para alterar os fins da entidade? b) constituindo nova sociedade, em contrato, e obrigatória a apresentação ao novo livro de ata?

Qual o procedimento neste caso, pois sabemos tratar-se de escola particular e não sem fins lucrativos como diz seu estatuto?

Jacinto Pereira Nerys, Conceição do Araguaia, PA.

Resposta

Toda entidade pode transformar sua finalidade em lucrativa ou não. Assim, é possível fazer o que está fazendo a escola objeto da consulta, transformando-se numa sociedade limitada (Dec. 3.708/19) com fins lucrativos.

O instrumento será o de Transformação de Entidade Civil Sem Fins Lucrativos em Sociedade Civil Ltda. Com Fins Lucrativos, avendo o cartório fazer referência no ato constitutivo original (último ato registrado).

Na nova sociedade os livros serão outros, não impedindo a manutenção de um livro específico para o lançamento das atas.

O procedimento é o normal, como se fosse uma alteração de entidade com ou sem fins lucrativos.

Resta lembrar que, uma vez transformada, deixa de existir a anterior, que se extingue por força do Instituto de Transformação. Portanto, ela fica obrigada a juntar certidões negativas de débito do INSS, FGTS e de tributos federais

ALTERAÇÃO DE CAPITAL

Para alterar o capital social de uma pessoa jurídica registrada na necessidade de apresentação do CND do INSS?

Jordelino Olímpio de Paula, Caraguatatuba, SP.

Resposta

O documento sugerido em sua correspondência é exigido quando a alteração consistir na diminuição do capital social.

Nesse caso, além do CND, devem ser exigidos também: Certidão de Tributos Federais, e o Certificado de FGTS.

CIVIL EM COMERCIAL 2

Registrada neste cartório uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada e averbadas várias alterações, pretendem agora, os seus sócios quotistas, transformá-la em sociedade comercial, cujo registro, como é sabido, é de competência da Junta Comercial.

Perguntas:

1) O instrumento de transformação precisa, primeiramente, ser averbado nesta serventia, para posterior registro e arquivamento na Junta Comercial, ou ele deverá ser levado diretamente à Jucesp, instruído com certidão narrativa fornecida por este cartório, noticiando o registro do contrato da sociedade civil e as averbações das suas alterações?

2) Não podendo o instrumento de transformação ser averbado neste cartório, muda alguma coisa o fato de nele ter sido ajustado pelas partes, antes da transformação propriamente dita, a cessão parcial de quotas de um sócio ao outro, ou a terceiros?

José Lúcio Lúlio, São Sebastião, SP.

Resposta

O instituto da transformação encontra guarida

na lei das sociedades anônimas, uma vez que no âmbito das sociedades civis não há legislação que o respalde.

Assim, se no instrumento antes da transformação os sócios alteram outros itens (capital da sociedade, por exemplo), o primeiro registro é feito no Serviço Registral de Pessoa Jurídica e, posteriormente, na Junta Comercial.

Entretanto, se no instrumento constar somente a transformação com consolidação do contrato social, o ato primeiro é registrar na Junta Comercial e, como ato seqüente, dar a baixa como sociedade civil no Registro de Pessoa Jurídica.

Se o ato primeiro for o registro no Serviço Registral de Pessoa Jurídica, deverão ser anexadas as certidões: CND do IAPAS, Negativa do Imposto de Renda e FGTS.

SOCIEDADE DE MENORES

Foi apresentado para registro contrato social no qual dois menores, representados pelos pais, figuram como únicos sócios.

É possível o registro?

Solange Serrat Pimentel, Linhares, ES.

Resposta

Os menores entre 16 e 21 anos, representados, e os de 18 anos emancipados podem participar na sociedade como sócios quotistas ou sócios gerentes, de acordo com o art. 9º do C.Civil.

Os menores de 16 a 21 anos são considerados relativamente capazes, podendo participar em sociedades, representados pelo pai ou pela mãe, a não ser quando emancipados, conforme mencionado.

COMPRA E VENDA

Para o registro em Títulos e Documentos de uma Promessa de Compra e Venda quais os documentos necessários quando o alienante for pessoa jurídica e

o imóvel for rural?

Lourival Luiz Raymundi, Gramado, RS.

Resposta

A promessa de compra e venda de imóvel deve ser registrada no registro de imóveis competente.

Supondo-se que, por qualquer motivo, não seja possível a efetivação desse registro, facultar-se seu registro em Títulos e Documentos sob a égide do art. 127, inciso VII, da Lei de Registros Públicos, somente para publicidade do ato jurídico, bem como conservação do documento e prova de sua data.

Assim, não existem maiores exigências por tratar-se de alienante pessoa jurídica, nem tampouco o fato de constituir-se em imóvel rural.

O registro em Títulos e Documentos deve ser feito com base em requerimento específico, conforme explicitado acima, fazendo constar abaixo do carimbo de registro que trata-se de registro facultativo, de acordo com a previsão legal.

DISSOLUÇÃO DE GRÊMIO

Um grêmio recreativo teve o registro de seu estatuto em 1987 e tem sua Diretoria registrada até 06/97. Acontece que no Estatuto, quanto à dissolução, o patrimônio seria revertido totalmente à Empresa a que pertencem os funcionários do Grêmio. Mas em 01/97 houve uma assembleia que fez a mudança deste artigo, passando a deliberação acerca da destinação ao grêmio, à assembleia geral extraordinária que optou sobre o que fazer com os seus bens patrimoniais. Se que esta alteração não foi registrada, e hoje, a empresa esta sendo dissolvida e o presidente da época (06/97) não aceita assumir o pedido de alteração, uma vez que ele foi demitido no poucos dias. Houve

ção das novas diretórias, as também estas não foram registradas. Gostaria de saber como deve proceder este grêmio recreativo para registrar a alteração ocorrida em 01/97?

Adalberto Machado da Silva, Apucarana, PR.

Resposta

O estatuto de uma entidade sem fins lucrativos deve determinar quem detém a atribuição de convocar uma assembléia. Normalmente ela recai sobre o presidente e, em suas ausências e impedimentos, o vice. Estatutos há que indicam ainda o diretor secretoário como substituto de ambos.

Portanto, é *conditio sine qua non* que a legalidade de uma assembléia repouso na convocação feita por quem os estatutos indicam.

No caso em pauta, falado quem responda pela convocação estatutária, será necessário requerer em Juízo, se realizado em desacordo, o ato será nulo. Assim, se o presidente usa em fazer a convocação, que a faça o vice ou outro, que essa providência seja requerida diretamente em Juízo.

REGISTRO DE FUNDAÇÃO

Não obstante a minuta apresentada do estatuto aprovado antecipadamente, o ofício autorizando o registro da escritura, em relação ao registro em si do estatuto da Fundação, teóricas seguintes dúvidas:

1) No art. 3º da minuta, a validade da Fundação é única nem especificação inúmeras). A finalidade se apresenta de forma genérica (não detalha objetivos).

As perguntas:

1) Há ou não necessidade de especificar, definir a finalidade, que então só pode ser única?

2) O patrimônio (R\$ 5 mil) é suficiente?

3) O fato da Fundação não ser constituída tão somente pelo patrimônio dotado por um instituidor, o qual todas as determina-

ções necessárias?

— É sabido que uma das intenções da Fundação (por declaração do interessado) seria a obtenção de concessão para a instalação de Radiodifusão Comunitária.

Pergunto: é válido ou merece reparo, o art. 9º da minuta?

5) O art. 11, pode ser aceite sem objeção, inclusive o seu § 1º?

A escritura pública, pode ser aceita sem nenhuma objeção?

Na hipótese de haver real impedimento ao pretendido registro da Fundação, como proceder em relação à aprovação e autorização para tanto, do MP, na sua função de Curadoria de Fundações?

Mariulda Rute Gonçalves Rosa, Piraju, SP.

Dr. ufene entre os colegas do seu Estado as vantagens de estarmos unidos. A atualização profissional constante, através das consultas e respostas, permite também a desejável uniformização dos procedimentos de registro em todo o País. Mais - e muito melhor - do que isso, é saber que juntos temos condição de chegar muito mais longe!

Resposta

O art. 26 do Cód. Civil diz que cabe ao Ministério Público velar pelas Fundações, razão pela qual a presença do Curador de Fundações se torna necessária na constituição, advindo daí o seu visto de autorização.

Resta, portanto, ao registrador zelar pela formalidade do ato jurídico, verificando se a documentação apresentada traz alguma irregularidade de cunho legal, não de forma.

Se os objetivos não ferelem nenhum dispositivo legal, e nada consta no ato constitutivo que comprometa a essência do ato jurídico perfeito, não cabe ao Oficial obstaculizar o registro. Além do mais, as Fundações constituem o tipo de sociedade de que trata o art. 119, parágrafo único

da Lei nº 6.015/73.

Quanto ao estatuto da entidade em questão, não se justifica a existência do art. 9º, uma vez que o Conselho Comunitário é próprio do ato constitutivo da Radiodifusão Comunitária, conforme art. 8º da Lei 9.612/98.

No que se refere ao art. 11 e seu parágrafo primeiro, do mesmo estatuto, não é usual a forma de administração, mormente em entidades como Fundações. No entanto, tendo sido aceita pelo Curador de Fundações, e por tratar-se de matéria formal, não cabe discussão.

Por fim, a forma de constituição estabelecida no art. 24 do Cód. Civil é a da escritura pública.

EXPRESSÃO BANCO ECNDS

1º) Existe alguma restrição quanto ao uso da expressão Banco na denominação?

nação de uma S/C, cujo objetivo é prestação de serviços de cobrança?

2º) Com exceção dos casos de cisão, total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil e transferência de cotas de sociedade de responsabilidade limitada, quais os outros casos em que devem ser apresentadas as CNDS, fornecida pelo INSS e Receita Federal?

Manoel Gomes, Americana, SP.

Resposta

1) Não há nada na literatura jurídica que impeça o uso da expressão "banco", para outras finalidades, a não ser a que tradicionalmente conhecemos. Entretanto, por medida de cautela, e conveniente alertar o cliente para que evite seu

uso, podendo, se assim o desejar, substituir por algo semelhante como, por exemplo, "banco".

2) Na área do Registro Civil de Pessoa Jurídica somente é obrigatória a apresentação das certidões para os casos apontados pelo colega.

ARRENDAMENTO RURAL EM TD

Para registrar um contrato de arrendamento de imóvel rural, ou carta de anuência, que cita o imóvel rural, para fins de financiamento agrícola, quando as partes reuquem o registro em Títulos e Documentos, e obrigação do Oficial exigir copia do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR (onde consta no próprio certificado, ser esse documento indispensável para arrendar, etc...), relativo à área arrendada, ou essa indispensabilidade é somente para o registro efetuado no Cartório de Registro de Imóveis.

Edson Bertoglio Rodrigues, Sarandi, RS.

Resposta

O contrato de arrendamento de imóvel rural pode ser registrado em TD, desde que devidamente requerido pelas partes.

Em se tratando de registro facultativo, não há necessidade da apresentação do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural.

COBRANÇA SEM ADVOGADO

Foi apresentado para registro o contrato social de firma de cobrança extrajudicial Itaa. (ME), sem que haja inclusão de um advogado como sócio. É possível o registro?

Solange Serrat Pimentel, Linhares, ES.

Resposta

Não há como constituir uma sociedade de advogados com uma sociedade civil com objetivo de cobrança extrajudicial, pois esta independe da presença de advogado entre seus sócios.

Assim, e plenamente possível o registro de uma sociedade tal como a que foi apresentada em sua consulta.